

DA ILUSÃO À VERDADE: A MEDICINA E A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA

Hildeberto Vieira Martins¹

RESUMO

O trabalho pretende discutir a produção científica sobre o negro e a conseqüente elaboração de um modelo explicativo acerca desse grupo social a partir de parâmetros biológicos.

O objetivo do trabalho é descrever a montagem de uma fala médico-psiquiátrica sobre o negro e a construção histórica de um “corpo perigoso”. Esse processo resultaria da construção do negro como categoria científica.

Utilizando como recurso analítico os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues e da “Escola Baiana de Antropologia”, pretendemos mostrar como esse saber acadêmico possibilitou a formulação de um modelo psicofísico de explicação sobre a “degeneração da raça brasileira”.

ABSTRACT

The work intends to discuss the scientific literature on the Black population and the subsequent elaboration of an explained model about this social group through biological parameters.

The purpose of the work is to describe the assembly of a medico-psychiatric speech about the Black people and the historical construction of a “dangerous body”. Such process would be resultant of the construction of the Black people as a scientific category.

By using, as analytic resources, the works from Raimundo Nina Rodrigues and from the “Escola Baiana de Antropologia”, we intend to show how this academic knowledge makes possible the formulation of a psychophysics model for the explanation regarding the “degeneration of the Brazilian race”.

Palavras-chave: raça, degeneração e desigualdades raciais.

Keywords: race, degeneration, race inequalities.

¹ Doutorando em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, Bolsista da Capes

O nosso projeto de pesquisa tem como objetivo principal discutir a produção médico-científica sobre o negro no Brasil em finais do século XIX. Essa mesma produção medicalizadora teve como consequência a tentativa de criação de um modelo explicativo acerca desse grupo social a partir de determinadas características definidas, à época, como raciais. Tomamos esse problema como ponto de partida, pois nos interessa discutir o processo de formação do Brasil a partir da questão da diferença e como esse tema marcou significativamente a constituição do brasileiro, dessa terra e de sua trajetória rumo a um suposto e desejável projeto civilizatório.

O projeto visa discutir, à luz desse ponto de análise inicial, quais razões determinaram a questão racial como um dos principais definidores do processo histórico que permitiu a construção de uma imagem do Brasil e, conseqüentemente, do brasileiro no século XIX.

É desse movimento de reavaliação de um país ainda recente que surgiu o olhar do “branco”, “homem da ciência” sobre o “negro”, esse “elemento degenerado”, que era considerado o “fator de atraso na nação” (Schwarcz, 2001; Rodrigues, 1935).

O que parece estar em jogo nesse movimento de captura é a construção do “negro” enquanto outro possível, como contraparte do nível mais degenerado dessa mesma sociedade em construção e como sinal da impossibilidade de nosso país alcançar êxito em tal projeto. Esse processo possibilitou a criação ou a sofisticação de estratégias (como a ciência) para lidar com aquilo que para muitos foi considerado um “problema”, como afirmou categoricamente o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues à luz das discussões raciais presentes em sua época.

A efetivação dessa *verdade racial* aparece de maneira evidente na manutenção das simplistas dicotomias tão caras ao modelo científico, e que em nosso caso pode ser exemplificada nas definições “negro” ou “branco”. Contudo, mesmo aí não se trata de uma mera oposição biológica ou racial, mas da constituição de um “funcionamento” social produtor de uma história.

A invenção do negro não é somente o resultado das teorias raciais formuladas e apropriadas por determinadas ciências no século XIX, ela é antes a evidenciação da instauração de novas práticas (hegemônicas?) que permitiram a emergência de um sujeito moderno e de certa experiência de si enquanto partícipe de uma raça. A raça não é somente uma nova categoria da ciência, ela é antes uma tecnologia de assujeitamento dos corpos. A questão de ser branco ou de ser negro não é verdadeira ou falsa, mas sim produz jogos de verdade, produz algo como uma *verdade da raça* (Foucault, 1998). E na modernidade, a problematização da raça remete essencialmente à questão do negro.

Interessa-nos mostrar como esse contexto histórico e social permitiu a produção de um discurso medicalizante sobre a sociedade formulado por certos cientistas, a partir da constituição de um discurso sobre a “degeneração da raça”, que teve o seu eixo central na questão do “problema negro”, e da qual a nascente psiquiatria brasileira foi chamada a responder, como divulgadora de uma certa idéia de raça e de nação a partir do modelo da medicina legal. Essas propostas foram uma tentativa de responder às questões sociais brasileiras da época a partir da raça, atrelada a uma compreensão fundamentalmente biologizante do problema racial como recurso válido para a afirmação da desigualdade racial (diferença).

Acreditamos que ainda cabe um último apontamento sobre as questões que norteiam e definem os caminhos teóricos de nossa pesquisa. Uma das nossas hipóteses de trabalho é perceber os eventos que possibilitaram o fenômeno (tardio) da Abolição e pensá-lo como produtor de uma ruptura, de um corte que evidencia práticas que assujeitam e constituem esses novos sujeitos sociais, produzindo uma nova ordem social. Sejam mais específicos: quais foram as novas práticas de liberdade possíveis (quais sujeitos são possíveis?) a partir de uma nova configuração da realidade social? Quais foram os dispositivos jurídicos, políticos e sociais que permitiram a criação do negro enquanto problema sem solução? Como o exercício de certas formas de liberdade e as práticas de poder articuladas a elas se configuraram no limiar do fenômeno abolicionista? Para nós, o exercício de liberdade e a constituição do sujeito é o grande embate político-jurídico que cerca a questão racial brasileira.

Em um país que teve a escravidão como fator de funcionamento de toda uma maquinaria social por tão longo tempo não é de se estranhar que a iminência da Abolição se configure como uma questão capital para a definição de uma cidadania possível e de que atores sociais estavam aptos a exercer tal atribuição. A liberdade nestes termos não pode simplesmente ser considerada um bem material ou jurídico, o qual o escravo na luta por sua liberdade (alforria) pode se apropriar meramente por meios legais, ela é antes um exercício de distanciamento entre aquele que tem as condições (direito) de possuí-lo (exercício de cidadania) e aquele que disso é expropriado ou impedido de exercê-la (naturalização da escravidão). O não exercício desse “bem” não é algo inerente à escravidão, mas é o resultado do distanciamento que se estabelece entre esse exercício de liberdade e a sua não realização formal. A manutenção de uma diferenciação “naturalizadora” (a cidadania não seria vista como condição “natural”, mas como

uma conquista liberal) permitiria a continuidade de um padrão de desigualdade prestes a desaparecer, pelo menos como possibilidade jurídica, com o iminente processo da Abolição.

Para que um sujeito seja visto como homem livre é necessário mais que um instrumento legal, é necessário um reconhecimento de si e do outro como aquele que exerce efetivamente esta condição, mesmo que o reconhecimento jurídico-legal seja o efeito mais evidente desse processo. Ser reconhecido como livre (ou capaz de exercê-la) era de capital importância para a atribuição de certo lugar social. A ausência de uma fronteira racial absoluta no Brasil entre escravidão e liberdade possibilitou esse tipo de problema (Mattos: 1997: 341-43).

O nosso projeto tem como objetivo realizar uma análise histórica que nos possibilite interrogar quais são as condições de produção e reprodução de certos modelos (idéias e práticas) sobre o que se instituiu denominar *a questão racial brasileira*. É a partir da proliferação do discurso científico que o “negro” ganha uma nova especificidade enquanto indivíduo dessa sociedade em construção. Tomando emprestadas as palavras de Foucault, podemos dizer que ele ganhou “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida” (Foucault, 1999:43). Tudo estava a partir de agora referenciado ao “problema” da cor.

A nossa proposta inicial foi investigar os caminhos forjados para a invenção do negro como problema nacional, a redução de sua especificidade aos aspectos biológico-evolucionistas do modelo científico da época, e seu posterior deslocamento para uma produção mais sofisticada e sutil, calcada na virtualidade do problema (presente na idéia de “periculosidade” estudada por Nina Rodrigues), e que teve em certa produção científico-psicológica o arcabouço teórico e conceitual para a explicação de certas manifestações sociais (loucura, sexualidade etc.). Nosso objetivo foi trabalhar com esse problema presente na história brasileira, e que serviu de ponto referencial na construção de uma história desses especialistas e de seus *especialismos* (Foucault, 2002; Corrêa, 1998; Birman, 1978).

A discussão sobre o estatuto de cientificidade ou de autonomia do que foi definido por certos autores do século XIX como psicológico ou psicologia é uma pergunta que alguns autores consideraram pertinente, e que vem sendo nos últimos anos objeto de análise (Alberti, 2003; Keide, 1999). Não nos interessa retomar essa discussão nesse trabalho, já que o que queremos enfatizar são os usos de tal significante como marcador de veracidade de um discurso sobre outros – sobre o outro (negro), sobre a descrição do “funcionamento” do corpo e das ações ligadas a ele (comportamento, vontade, desejo, sanidade etc.). Queremos enfatizar o surgimento e utilização

dos discursos *psi* como nova estratégia de delimitação do homem e do espaço social na tentativa de constituição de um sujeito, resultado da passagem de um discurso da *alma* (substância espiritual) cujo paradigma estava referenciado pelo discurso filosófico-religioso para um discurso sobre o *corpo*² (substância material) cujo valor estava delimitado pelo discurso médico e por um modelo científico. Ocorre, portanto, uma mudança do espaço privilegiado de manifestação dos fenômenos “interiores” do ser humano e, conseqüentemente, sua sede também se deslocou para algo mais objetivo e determinado por um método científico. O que se buscou com isso foi estabelecer uma sede da doença no organismo a fim de delimitar os modos de intervenção no corpo doente.

Essa passagem garantia a formulação em novos termos do indivíduo e da sociedade, calcados agora em um modelo racional e positivista, efeito da ascensão do discurso científico como parâmetro de verdade e de eliminação do erro. A medicina não ficou alheia a esse processo de transformação que afetou toda a sociedade. Como aponta Alberti, os discursos psicológicos sofrerão uma gradativa transformação, sendo que a mudança principal se dá entre a questão do livre arbítrio (modelo filosófico), de um lado, e o determinismo (modelo científico), de outro (Alberti, 2003:92).

O que estava em jogo nesse confronto era a produção de uma nova racionalidade, agora baseada no modelo científico e que definia um novo espaço dos processos da *alma*: o corpo e suas manifestações fisiológicas. Esse novo modelo positivista de determinar o indivíduo

“(...) abriu caminho para que a medicina se apoderasse do antigo indivíduo independente e autônomo e lhe atribuisse instâncias psíquicas a serem operacionalizadas pela medicina da época. Já não mais alma, porém psiquismo; já não mais estudo do indivíduo que pensa, sente e quer, mas das relações, dos comportamentos. Os novos discursos de psicologia médica procurarão, por todos os meios, provar a insuficiência daquela autonomia a fim de legitimar um domínio sobre o homem, o que só se tornou possível quando os discursos de psicologia passaram a girar em torno de patologias psíquicas, quando pode ser provada a ilusão do livre arbítrio (consciente), prova necessária para o apoderamento do homem sem alma” (ALBERTI, 2003: 95).

² É claro que o corpo não se reduz ao orgânico, mas o que interessa ao modelo de uma medicina mental da época é uma discussão sobre a organogênese ou psicogênese, do inato *versus* adquirido da doença mental e as formas de eliminar e/ou controlar seus efeitos, já que o que é relevante são as formas de exclusão que tal modelo possibilita.

O indivíduo passava a ser visto não mais como um ser independente mas como sujeito altamente passível a certas determinações, já que determinado por vários fatores, “sugestionável e transformável à revelia de sua própria vontade”, impotente diante dos acontecimentos que o constituem e o transformam, cabendo somente à medicina estabelecer o rumo certo de sua correção.

E mais:

“Observe-se, portanto, que a fisiologização dos discursos de psicologia permitiu ao médico um saber maior sobre o indivíduo do que aquele que ele mesmo poderia deter. O médico tornou-se capaz de explicar melhor certos fenômenos internos dos quais o indivíduo, na maior parte das vezes, nem tinha conhecimento. Se os antigos discursos de psicologia eram discursos que se baseavam no conhecimento que qualquer indivíduo podia ter de si mesmo, ao menos teoricamente, agora somente ao especialista era dado conhecer. O conhecimento já não é mais autoconhecimento, mas conhecimento do outro” (ALBERTI, 2003: 100).

Argumento semelhante nós iremos encontrar nos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues e da “Escola” e na definição que ambos deram para o papel do médico e do seu trabalho de controle e transformação do indivíduo e do espaço social.

Um dos projetos de Nina Rodrigues girou em torno da criação da função do perito em medicina legal dada a ênfase que deu ao papel saneador e especializado que cabia ao médico cientista. Nina Rodrigues antes de tudo era um empirista preocupado em encontrar nos fatos cotidianos as explicações para os males que assolavam o nosso país. Não foi a medicina e nem os seus profissionais que iniciaram esse processo de controle social, mas foi com eles que esse processo sofreu um refinamento nunca antes visto no Brasil. E a “Escola” pode ser visto como exemplar na constituição desse projeto ao acentuar a especificidade da medicina e do seu papel na eliminação dos males da sociedade brasileira. O “Brasil real” seria o objeto desses profissionais ainda em formação, que ao fazerem isso se transformavam em especialistas, construindo aos poucos várias áreas de conhecimento.

Como recurso metodológico para esta investigação, lançamos mão de pesquisa bibliográfica, analisando os textos produzidos e as respostas apresentadas pelos auto-intitulados

“homens de ciência” como soluções as mais adequadas para a questão racial brasileira. Utilizamos como recurso analítico principal os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues e da denominada “Escola Baiana de Antropologia”. Damos continuidade ao mapeamento da produção do que alguns chamaram de discursos *psi* em um determinado momento histórico brasileiro (Alberti, 2003; Jacó-Vilela, 1999; Keide, 1999; Russo, 1998).

Foram realizadas pesquisas na Biblioteca Nacional e na Academia Nacional de Medicina. Realizamos, nesta última, a catalogação e leitura parcial de 4 teses voltadas para a questão da raça (negra) e de 11 sobre o tema da medicina legal, totalizando 15 teses catalogadas e analisadas, compreendidas entre os anos de 1872 a 1912. Essas teses foram consideradas as mais pertinentes ao estudo em decorrência do período de investigação da nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Sônia. Crepúsculo da alma – a psicologia no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. 160p.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. Revista Resgate, 2, p. 48-55, 1991.
- BRUNO, Fernando. Do sexual ao virtual. São Carlos: Unimarco, 1997.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998. 487p.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____; Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____; Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____ Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____; CARRARA, Sérgio; MARTINS-COSTA, Ana Luiza. Negros e brancos no carnaval da Velha República. In: _____ REIS, João José (org.). Escravidão e invenção da liberdade, Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

KEIDE, R. e JACÓ-VILELA, A. M. “*Mens in corpore*”: o positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil. ; RODRIGUES, H. C. E JABUR, F. Clio-Psyché – histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: Nape/UERJ, 1999.

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O olhar Europeu: o Negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Prefácio. In: _____. O olhar Europeu: o Negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MATTORY, J L. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. Mana – Estudos de Antropologia Cultural, 5, 1, p. 57-80, 1999.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: _____. História da vida privada no Brasil: império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil; 2)

RAMOS, Arthur. O negro brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1934.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: história do levante dos malês em 1835. – Edição revista e ampliada – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Raimundo Nina. O animismo fetichista dos negros bahianos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1935.

_____. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

_____. Os africanos no Brasil. 7 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Tempo*, 12, p. 11-50, 2001.

SALES, Fernando. Notas bibliográficas de Nina Rodrigues. In: _____. *Os africanos no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Dando nomes às diferenças*. In: _____. *Racismo e racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. FFLCH/USP, 2001a.

SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. 240p. (Coleção Espírito Crítico).

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870/1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.